

O REGISTRO DAS NATUREZAS PROATIVAS DA POLÍCIA MILITAR COMO MEDIDA DE DESEMPENHO POLICIAL

RECORDING THE PROACTIVE NATURES OF THE MILITARY POLICE AS PERFORMANCE MEASURE

Asusena Claide Araujo Dos Santos¹
Nair Bastos de Rezende Godinho²

RESUMO

Este estudo tem como objetivo geral dessa pesquisa tratar das naturezas proativas, identificar o tempo de atendimento e como esse tempo impacta no trabalho policial. Trata-se então, de uma pesquisa de campo, no qual foi realizado um estudo de caso a fim de debater as naturezas proativas da PMGO. Os resultados sugeriram que a natureza preventiva do patrulhamento faz com que muitos de seus resultados positivos estejam ligados à prevenção de crimes, dificultando a quantificação das ações que evitaram problemas, ressalta-se também, que as intervenções variam de uma simples presença policial a abordagens proativas, como revistas em indivíduos suspeitos, tornando complexa a análise dos resultados das naturezas proativas. Concluiu-se que a precisão e consistência no registro das naturezas proativas exercem uma influência direta na qualidade das informações disponíveis para análise. Essa influência, por sua vez, tem um impacto significativo na capacidade de mensurar e compreender o desempenho operacional da instituição.

Palavras-chave: Polícia Militar. Natureza Proativa. Tempo de atendimento. Desempenho.

ABSTRACT

The general objective of this study is to address proactive natures, identify service time and how this time impacts police work. This is field research, in which a case study was carried out in order to discuss the proactive nature of PMGO. The results indicate that the preventive nature of patrolling means that many of its positive results are aimed at crime prevention, making it difficult to quantify the actions that prevented problems, also highlighting that interventions vary from a simple police presence to proactive, such as searches of suspicious individuals, making the analysis of the results of proactive natures complex. It is concluded that the precision and consistency in the recording of proactive natures have a direct influence on the quality of the information available for analysis. This influence, in turn, has a significant impact on the ability to measure and understand the institution's operational performance.

Keywords: Military Police. Proactive Nature. Service time. Performance.

¹ Aluna do Curso de Formação de Praças, Turma P, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: assucenaclaide17@gmail.com

² Professora orientadora, Pós-graduada em Direito Penal, Direito Penal Militar e MBA em Gestão de Polícia Ostensiva, Goiânia - GO 09/10/2023. E-mail: nairbastosgodinho@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A Polícia Militar possui atribuição constitucional de polícia ostensiva, o que pressupõe uma atuação voltada ao policiamento preventivo realizado por naturezas proativas. A natureza proativa que visa buscar a identificação do problema, agindo como uma iniciativa policial frente à criminalidade, ou seja, é um efeito preventivo contra possíveis delitos, por outro lado, a natureza reativa é uma forma de resposta à ocorrência previamente já ocorrida, agindo sobre efeitos visíveis, estabelecendo um modelo tradicional que não contempla um policiamento preventivo (NUNES, 2022).

O policiamento proativo envolve estratégias ativas por parte das forças policiais para prevenir crimes antes que ocorram, as abordagens policiais são exemplos de naturezas proativas que visam prevenir atividades ilícitas. Nesse sentido, o registro do atendimento policial pode favorecer ações que antecipe ou impeça atividades criminosas.

Considerando essa perspectiva, a pergunta problema inserida nessa pesquisa é: o registro das naturezas proativas da Polícia Militar de Goiás é uma forma eficaz de medida de desempenho da atividade policial?

Além disso, foi analisado também o tempo gasto de atendimento policial com o fim de mensurar a distribuição da hora de serviço policial. Nesse sentido, essa pesquisa se justifica por tratar de um tema relevante, tendo em vista que as ações proativas no policiamento ostensivo é uma maneira fundamental para coibir a criminalidade e elas compreendem grande tempo do serviço policial.

Este estudo tem como objetivo geral tratar das naturezas proativas, identificar o tempo de atendimento e como esse tempo impacta no trabalho policial. Como objetivos específicos pretendeu-se compreender a temática das naturezas proativas, sua demanda, tempo de atendimento, o registro e a qualidade das informações disponíveis para análise e planejamento estratégico da Polícia Militar. Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica e de campo com análise documental referente à Polícia Militar de Goiás.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A Polícia, enquanto instituição, opera dentro de um conjunto de leis destinadas a garantir o bem-estar da população e a manutenção da ordem pública. Conforme destaca Reiner (2004), sua missão inclui zelar pela segurança das pessoas, assegurando o cumprimento dos

direitos fundamentais, dissuadindo infratores e utilizando ferramentas para reduzir e controlar diversas infrações e violências.

Segundo Andrade (2010), a principal característica do policiamento ostensivo é a prevenção de práticas ilícitas, com ênfase na repressão imediata dos crimes. Essas ações são conduzidas por policiais uniformizados, equipados com seus próprios instrumentos e viaturas, permitindo uma identificação imediata da corporação. Vale ressaltar que o papel da polícia vai além do combate ao crime, abrangendo também a assistência na resolução de uma variedade de conflitos, conforme sua natureza.

Nessa perspectiva, uma das estratégias fundamentais da polícia na prevenção de delitos é a adoção de um modelo proativo de policiamento. Os benefícios dessa estratégia incluem um foco antecipado na resolução das demandas criminais, caracterizando uma ação policial proativa, na qual o agente toma a iniciativa, como exemplificado pela abordagem realizada no policiamento (PINC, 2007).

O modelo de policiamento proativo tem suas raízes na Escola de Chicago, que propõe o estudo estatístico dos índices de criminalidade para elaborar um mapa identificando áreas críticas e conceitos de desorganização social. Dentro desse contexto, o modelo preconiza uma estrutura policial mais flexível, reconhecendo a existência de uma sociedade organizada. Seu objetivo é exercer controle sobre os riscos e reduzir vulnerabilidades diante das ameaças (NUNES, 2022).

Para cumprir esses objetivos, existem diferentes órgãos especializados que desempenham funções distintas, como a polícia judiciária, polícia administrativa, entre outras. Um desses órgãos responsáveis pela segurança pública é a Polícia Militar, encarregada de manter a ordem pública e realizar o policiamento ostensivo, conforme estabelecido no art. 144 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

A natureza proativa consiste em todas as ações realizadas por iniciativa da polícia cuja ação desencadeada previamente, tem finalidade de evitar ocorrências ilícitas promovendo insegurança da população. É configurada de difícil caracterização por envolver múltiplos atores e ações, havendo algumas generalizações que podem prejudicar a iniciativa, como exemplo, o nível da participação da comunidade (RODRIGUES e SILVA, 2019).

Há diversas ações proativas, que incluem abordagens pessoais, abordagens veiculares, apreensão de drogas e armas, cumprimento de mandados, entre outras. Conforme observado por Pinc (2007), a abordagem é uma ação proativa na qual o policial inicia e conduz o contato, caracterizando uma das faces mais comuns entre o agente e a sociedade.

A Polícia Militar faz uso de uma variedade de formulários para documentar várias

situações, incluindo procedimentos administrativos e notificações criminais. O principal deles é o Boletim de Ocorrência (B.O), onde os policiais registram os detalhes do incidente, sendo classificado em categorias diferentes (HAHN, 2017). Em suma, o Boletim de Ocorrência (BO) é uma ferramenta operacional da Polícia Militar (PM) que desempenha um papel fundamental na comunicação dos eventos que afetam a instituição, conforme definido por Gonçalves (2013).

O registro de uma ocorrência pode ser considerado uma ação de natureza proativa, uma vez que contribui para a coleta de dados e informações que auxiliam na identificação de padrões criminais, no monitoramento de áreas de risco e na melhoria da eficácia de ações preventivas.

A informatização no sistema da Polícia Militar (PM) tornou-se fundamental em decorrência das mudanças que ocorrem na sociedade e que trouxeram novas tecnologias para auxiliar na troca de informações e automatizar os serviços mais burocráticos. Na Polícia, a tecnologia é sinônimo de eficiência, uma vez que, as ferramentas tecnológicas são aliadas no processo de acesso aos dados, cujo polícia necessita de fluidez na busca por informações para tomada de decisões. (FERREIRA, 2019).

Menezes e Silva (2018) consideram que a automatização dos sistemas das corporações reduziu, consideravelmente, a burocracia na abertura de processos, o que facilitou o controle das ocorrências e aumentou o número de registros e com isso, a população pode ser atendida com maior fluidez e eficácia.

Obter informações de maneira rápida e objetiva é crucial no trabalho policial. Nesse contexto, a implementação de um sistema informatizado possibilitou a integração eficiente de dados, otimizando a logística na comunicação.

No Estado de Goiás o desenvolvimento do Sistema do Registro de Atendimento Integrado – RAI permitiu a integração de informações entre as Forças de Segurança Pública do Estado de Goiás (RODRIGUES e SILVA, 2019). O RAI foi desenvolvido em 2016, pela Secretária de Segurança Pública do Estado de Goiás – SSPGO, uma ferramenta no qual são expostos registros de ocorrências e que pode ser acessado por todos os órgãos de Segurança Pública, modernizando a rede de segurança do Estado de Goiás.

De acordo com Teles e Simonassi (2022), esse sistema que foi criado para possibilitar que as instituições integradas no Centro Integrado de Inteligência, Comando e Controle – CIICC possam fazer o uso da ferramenta ou mesmo que possuam sistemas próprios, que possam interagir com o RAI, propiciando enviar e receber informações de maneira automática e em tempo real, no qual reúne todos os crimes registrados nas ocorrências. Ou seja, quando um crime for notificado em Goiás, todas as forças de segurança pública do Estado, terão acesso à ocorrência ou a notificação.

Rodrigues e Silva (2019) enfatizam que a implantação do RAI trouxe uma revolução no mapeamento da criminalidade em Goiás, justamente porque o sistema impossibilita que uma ocorrência seja duplicada, além de mostrar o local e hora do crime e proporcionar o mapa de crimes, o perfil da vítima, da autor e outros dados. A unificação dessas informações reduz a necessidade das inúmeras subnotificações, agilizando o processo de trabalho investigativo das forças policiais de modo que facilite ações mais efetivas no combate ao crime.

Essa plataforma, além de disponibilizar coleta de informações para o exercício efetivo da corporação, a implantação desse sistema tecnológico repercutiu em mudanças em toda Segurança Pública, reduzindo custos e ampliando informações que podem ser acessadas onde o policial estiver.

De acordo com Barros (2019), utilizar a plataforma trouxe maior facilidade e rapidez no trabalho do agente, considerando que essas duas condições são essenciais para o desenvolvimento de ação policial. Nesse sistema também são registradas as naturezas proativas e os dados referentes a ela servem para análise criminal e planejamento operacional da unidade policial.

3 METODOLOGIA

Para fins metodológicos, neste trabalho foi realizada uma pesquisa de campo, com a finalidade de analisar circunstâncias da percepção dos policiais militares sobre o registro das naturezas proativas. Busca-se, no conhecimento científico, analisar os fatos reais, por meio de observações e/ou experimentações que vão atestar a veracidade ou falsidades dos fatos.

Para alcançar tal conhecimento, o tipo de estudo será quantitativo. Sendo assim, construiu-se, por meio da plataforma Google Forms, um questionário semiestruturado, com 21 perguntas a fim de realizar um debate acerca da importância das naturezas proativas e o desempenho no policiamento ostensivo.

A coleta de dados foi composta por duas etapas, sendo que, a princípio, recorreu-se a busca de conteúdos que pudessem dar base teórica para a pesquisa, utilizando de autores que discutem a atividade policial e as naturezas proativas e depois foi feito um formulário com perguntas objetivas com o fim de realizar uma análise descritiva sobre o tema, buscando relacionar e documentar todo material coletado.

E, em segundo momento, em outubro de 2023, foi encaminhado, via grupo de aplicativo de whatsapp da Unidade Policial, o formulário para integrantes do 6º e do 23º Batalhão da Polícia Militar de Goiás, sendo o primeiro localizado na Capital e o segundo em Goianésia e

obteve-se uma amostra total de 15 (quinze) respondentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise da amostra coletada, inicialmente administramos perguntas para compreender a distribuição de cargos dos participantes na pesquisa. O grupo era composto por um Subtenente, três 3º Sargentos, cinco 2º Sargentos, quatro Cabos e 2 Soldados. Quanto à unidade de serviço, dos 15 participantes, 9 pertencem ao 23º BPM, 6 estão vinculados ao 6º BPM e 1 é alocado no Centro de Operações da Polícia Militar do Estado de Goiás (COPOM).

Após a coleta de informações sobre os cargos e suas respectivas unidades de atuação, prosseguimos com as perguntas relacionadas ao Registro de Atendimento Integrado - RAI, com o objetivo de compreender o grau de facilidade dos participantes no acesso a essa ferramenta. Foi questionado a eles sobre a facilidade de uso do sistema RAI para o registro de ocorrências proativas.

Os resultados revelaram que 53,3% dos participantes consideraram o nível de uso moderado, enquanto 26,7% o classificaram como fácil. Para 13,3% dos participantes, o uso foi considerado muito fácil, no entanto, 6,7% consideraram a utilização do RAI como muito difícil. Em resumo, a grande maioria dos participantes considera a utilização do sistema fácil ou moderada e apenas há uma parcela ínfima (6,7%) acha o nível de uso complexo. Considera-se que esse questionamento é importante para que o sistema não seja considerado como um fator dificultador do registro do atendimento.

A partir da perspectiva do atendimento de ocorrências proativas, foi questionado aos participantes qual é o tempo médio de atendimento de diversas naturezas proativas e também de naturezas reativas a serem comparadas, decorrido o tempo desde o início do atendimento policial até o final do registro. Os resultados foram diagramados na tabela abaixo:

Tabela 1 – Tempo de atendimento em relação as diversas naturezas de ocorrências da Polícia Militar

	15 min	15 a 30 min	30 a 45 min	45 a 60 min	60 min ↑
abordagem a pessoas	13,30%	46,70%	33,30%	-	6,70%
abordagem a veículo	6,70%	46,70%	26,60%	13,30%	6,70%
visitas comunitárias	-	6,70%	6,70%	26,60%	60%
abordagem de acidente de trânsito	13,30%	53,30%	6,70%	13,30%	13,30%
natureza de suicídio/tentativa de suicídio	-	-	-	-	100%
natureza de saúde mental	-	-	13,30%	20,00%	66,70%
conflitos diversos que não sejam criminais	-	6,70%	33,30%	33,30%	26,70%

natureza de homicídio/tentativa de homicídio	-	-	-	-	100%
crimes contra o patrimônio (roubo/furto)	-	13,30%	13,30%	6,70%	66,70%
crimes contra a dignidade sexual	-	-	6,70%	33,30%	60%
natureza de crimes de menor potencial ofensivo - TCO	-	-	13,30%	26,70%	46,70%

Fonte: elaborado pelas autoras (2023)

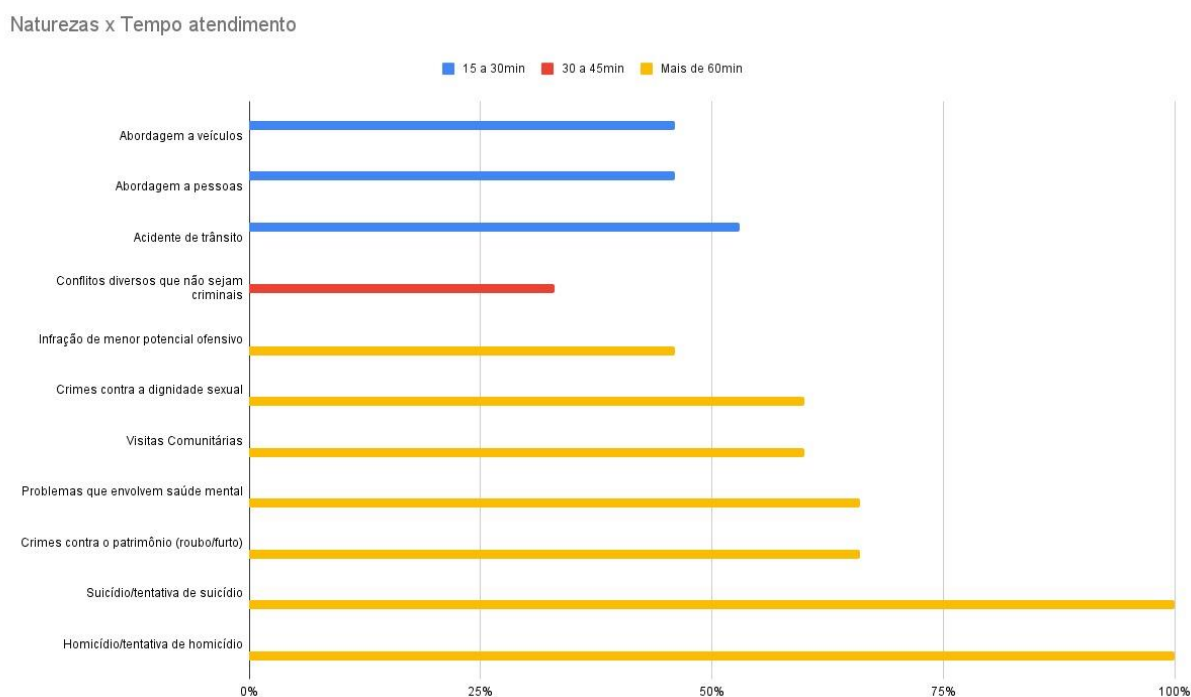
Em relação ao tempo médio de atendimento de natureza de ocorrência relacionada a suicídio ou tentativa de suicídio e de outros problemas de saúde mental, contabilizado desde o início da abordagem até o registro final da ocorrência, sendo que em ambos a maioria dos participantes relataram que o tempo médio de atendimento excede 60 minutos. Isso sugere que essas ocorrências tendem a demandar um tempo significativamente mais longo de atendimento em comparação com outras naturezas de ocorrências abordadas na pesquisa. A complexidade e a sensibilidade dessas situações podem explicar o tempo estendido necessário para lidar com elas.

No que diz respeito ao tempo médio de atendimento em casos de homicídio, crimes contra o patrimônio (furto/roubo), acidente de trânsito com vítimas e crimes contra a dignidade sexual foi consenso entre todos os participantes que o tempo necessário para lidar com essas ocorrências sempre ultrapassa os 60 minutos. Isso reflete uma tendência em que essas situações exigem um tempo consideravelmente mais longo de atendimento em comparação com outras naturezas de ocorrências abordadas na pesquisa, semelhante ao observado nos atendimentos relacionados a suicídio ou tentativa de suicídio. Quanto aos crimes de menor potencial ofensivo, a maioria entendeu que demanda menos de 60 minutos para concluir o TCO.

De acordo Langton, Ruitter e Veerlan (2023) embora muitas chamadas possam ser resolvidas em questão de minutos, algumas demandam horas do tempo dos policiais no local, o que cria uma distribuição altamente distorcida no tempo de atendimento. Os autores complementam que é crucial levar em consideração essa diversidade na duração do atendimento ao analisar e planejar recursos para serviços policiais, uma vez que situações de atendimento podem variar amplamente em termos de complexidade e necessidade de recursos.

A pesquisa fornece informações valiosas sobre o tempo médio de atendimento policial em diversas naturezas de ocorrências. Essa análise sublinha como a natureza das ocorrências desempenha um papel crucial na determinação do tempo de atendimento, refletindo a diversidade e complexidade enfrentada pelos policiais em sua rotina de trabalho.

Gráfico 2 - Relação das naturezas proativas e o tempo de atendimento



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Importante trazer mais uma vez o estudo realizado por Langton, Ruiter e Veerlan (2023), no qual revelam que o tempo dedicado a atender incidentes criminais envolve principalmente o tratamento de ocorrências domésticas, roubos e agressões. No caso de incidentes relacionados ao trânsito, o tempo da polícia é principalmente gasto no atendimento de acidentes. Já em situações de qualidade de vida, o atendimento a distúrbios constitui a maior parte do tempo no local. As chamadas relacionadas à saúde pública abrangem incidentes que envolvem questões de saúde mental, overdoses, (ameaças de) suicídio e verificações de bem-estar. Os autores ainda abordam que quando se trata de incidentes proativos, a maior parte do tempo é consumida por investigações, enquanto o tempo alocado para questões comunitárias consiste principalmente em lidar com pessoas desaparecidas/encontradas e incidentes envolvendo animais, como cães agressivos.

Partindo de um levantamento de dados realizado no sistema QlickSense em outubro de 2023, identificou que no período de 01/01/2023 e 22/10/2023 foram realizadas 9.289 abordagens a pessoa e se em cada abordagem a média é de 30 minutos, isso infere que houve um total de 464.450 minutos no tempo de atendimento, isto equivale a 193 horas por dia, ou seja, precisa em média de 8 policiais do 6ºBPM ou do 23ºBPM para realizar essas abordagens.

No mesmo período supracitado, foram realizadas 3.930 abordagens a veículos, do mesmo modo, a média de tempo de atendimento é de 30 minutos, o que condiz que com um total de 1.965 minutos no tempo de atendimento, isto equivale a 82 horas por dia, ou seja, precisa em média 3 policiais para realizar abordagem a veículos.

Referente às naturezas de furtos e roubos, foram realizadas 1.927 atendimentos policiais com média de tempo de atendimento acima de 60 minutos, o que condiz que com um total de 1.959,11 minutos no tempo de atendimento, isto equivale a 82 horas por dia, ou seja, também precisa em média 3 policiais para realizar esse atendimento policial específico.

Em relação a natureza de homicídios, os índices mostram que foram realizadas 211 ocorrências, isto em que a média de atendimento fica acima de 60 minutos, equivalente a um total de 214,51 minutos no tempo de atendimento, isto é, em torno de 8 horas, no qual precisa de pelo menos uma equipe policial no atendimento dessas ocorrências. Ainda assim, verifica-se que houve um aumento considerável no montante de naturezas proativas, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Comparativo anual em relação às naturezas, conforme o Sistema QlickSense

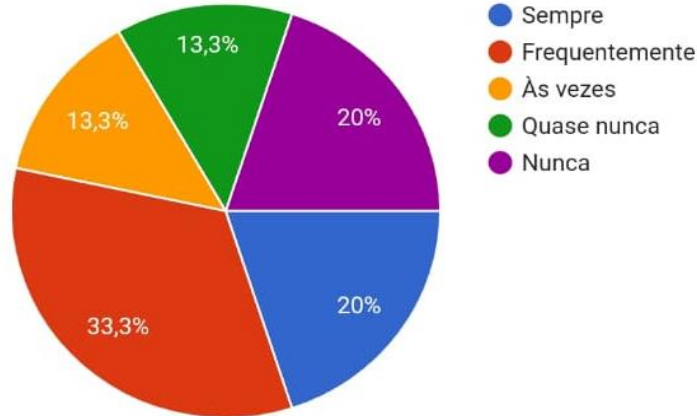
PROATIVAS - COMPARATIVO ANUAL				
NATUREZAS	De 01/01/2022 a 22/10/2022	De 01/01/2023 a 22/10/2023		%
QUADRILHAS / ORG. DESARTICULADAS	0	5	-	
ABORDAGEM POLICIAL A VEÍCULO	1.071	3.930		266.95%
ABORDAGEM POLICIAL A PESSOA	4.999	9.289		85.82%
APREENSÃO DE DROGAS	35	68		94.94%
APREENSÃO DE ARMAS	44	42		-4.55%
VEÍCULOS RECUPERADOS	57	40		-29.82%
CUMPRIMENTO DE MANDADO BUSCA E APREENSÃO - ADOLESCENTE AUTOR	0	0	-	
CUMPRIMENTO DE MANDADO DE PRISÃO	2	10		400.00%
FORAGIDOS RECAPTURADOS	105	91		-13.33%

Fonte: Sistema QlickSense (2023)

Continuando com as questões relacionadas à identificação do registro de naturezas proativas no sistema RAI, questionou-se aos policiais militares que participaram da pesquisa se costumam registrar o tempo de início e término no sistema RAI ao atender ocorrências proativas. Dos participantes, 33,3% afirmam que o fazem com frequência, enquanto 20% relatam que sempre registram esses tempos. No entanto, 13,3% dizem que ocasionalmente

fazem o registro, com o mesmo percentual indicando que raramente o fazem. Adicionalmente, 20% dos participantes declararam que nunca registraram esses tempos.

Gráfico 4 – Marcação do tempo de início e término no sistema RAI em atendimento de naturezas proativas



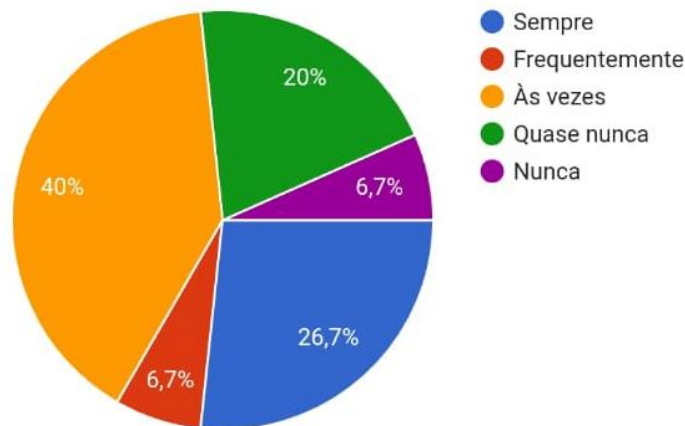
Fonte: elaborado pelas autoras, Google Forms (2023)

Aqui tem-se um resultado que evidencia um problema que interfere na estatística dos dados pesquisados, pois se o policial não registrar o horário de início e final do atendimento, não há como mensurar sistematicamente a duração do atendimento.

Destaca-se os achados da pesquisa conduzida por Langton, Ruiter e Veerlan (2023), que revelaram que somente 44% das chamadas de emergência para serviços estão relacionadas a incidentes criminais. Curiosamente, esses incidentes criminais consomem 51% do tempo no local ao longo do ano. O tempo restante é alocado para lidar com tarefas relacionadas a trânsito (16%), incidentes de qualidade de vida (15%), saúde pública e mental (7%), questões comunitárias (5%) e policiamento proativo (4%). Os autores revelam que o tempo de resposta medido na duração da viagem até o local da ocorrência desempenha um papel secundário na determinação da escala e composição do tempo gasto nas ocorrências.

Em uma comparação adicional, os participantes foram questionados se, nos atendimentos reativos, a equipe policial acrescenta a natureza proativa do atendimento ao registro. Por exemplo, ao realizar uma prisão em flagrante por roubo, eles mencionam a natureza de "abordagem policial." Nesse contexto, 26,7% dos participantes afirmam que sempre o fazem, enquanto 6,7% relatam que fazem isso com frequência e a maioria (40%) diz que o faz ocasionalmente. Além disso, 20% afirmam que quase nunca fazem isso, e 6,7% nunca adicionam a natureza correspondente ao registro.

Gráfico 5 - Registro de um atendimento reativo e a natureza de abordagem policial



Fonte: elaborado pelas autoras, Google Forms (2023)

Esse questionamento é importante para analisar se esse registro duplo de uma natureza reativa e proativa é pertinente ou se ele estaria gerando uma estatística de natureza proativa improcedente, uma vez que a natureza reativa deveria englobar a proativa nesse caso como parte obrigatória do atendimento policial.

Levando em conta essas considerações, questionou-se aos participantes se eles costumam registrar a natureza dos fatores sociais que afetam a criminalidade. Observou-se que 40% raramente fazem esse registro, 6,7% nunca o fazem e 26,7% o fazem ocasionalmente. Uma parcela menor, representando 20%, registra esses fatores com frequência, enquanto 6,7% sempre fazem esse registro. Aparentemente essa é uma natureza proativa de pouco conhecimento dos policiais, mas que faz parte das naturezas proativas e poderiam ser melhor exploradas no policiamento comunitário.

Para tanto, foi instituído a Portaria nº 0028/2018, que no âmbito da Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária, trata sobre o “Manual de Metodologia para Aferição de Indicadores Criminais e Operacionais de Segurança Pública”, que tem como finalidade “disciplinar a coleta, registro, processamento, análise e difusão das informações relativas às ocorrências criminais e indicadores operacionais”, visto a necessidade de gerir informações que possam ser utilizadas para planejar estrategicamente as políticas públicas de segurança.

Também foi questionado se os policiais participantes costumam registrar a natureza das atividades de patrulhamento. A maioria dos participantes (66,7%) afirmou que sempre faz o registro, enquanto 20% o fazem frequentemente. No entanto, uma parcela menor, representando

6,7%, disse que às vezes registra, e a mesma porcentagem afirmou que nunca o faz.

Esse questionamento tem por finalidade observar a discrepância de registro policial referente a uma natureza proativa, pois considera-se que essa atividade de patrulhamento é inerente à atividade policial militar. A natureza preventiva do patrulhamento faz com que muitos de seus resultados positivos estejam ligados à prevenção de crimes, dificultando a quantificação das ações que evitaram problemas. A ausência de incidentes não é necessariamente indicativa de que o patrulhamento não seja eficaz.

A própria mensuração do patrulhamento é questionável, pois questiona-se se deve ser considerado apenas o momento do registro ou desde o início do serviço policial e se uma equipe deixa de registrar a somatória da produtividade da unidade também fica aquém do esperado.

Fatores externos, como a demografia da área, a atividade econômica e as condições sociais, também influenciam o ambiente em que o patrulhamento ocorre, tornando desafiador isolar seu impacto direto. As intervenções variam de uma simples presença policial a abordagens proativas, como revistas em indivíduos suspeitos, tornando complexa a análise dos resultados das naturezas proativas.

Explorando ainda mais o registro das atividades de averiguação pelos policiais participantes, descobriu-se que 40% deles fazem esse registro frequentemente, 33,3% o fazem sempre, enquanto 26,7% o fazem ocasionalmente. Entende-se que o registro da natureza de averiguação é de extrema importância, principalmente quando se trata do atendimento de uma solicitação. O problema é que registra-se somente a averiguação e não se sabe mensurar qual tipo de solicitação foi feita. Assim, não é possível saber qual é o principal tipo de solicitação que resulta na averiguação e fica difícil definir o tipo de demanda da solicitação.

No que diz respeito ao registro de natureza de fiscalização, 60% nunca realiza o registro, enquanto 20% raramente o faz, e outra parcela de 20% o registra ocasionalmente. Para avaliar o conhecimento dos participantes na diferenciação entre as naturezas de averiguação e fiscalização, constatou-se que 60% deles afirmaram ser capazes de distingui-las, enquanto 40% admitiram não possuir essa habilidade.

Embora a natureza de fiscalização tenha semelhanças com a natureza de averiguação, são duas atividades distintas no contexto policial, pois a fiscalização é específica para controle de aplicação de uma lei determinada, mas também incorre na mesma falha de que não é possível determinar o tipo da demanda da fiscalização.

Ambas envolvem uma investigação inicial, com foco na falta de informações detalhadas e a possibilidade de atualização à medida que mais informações são obtidas. No entanto, a principal diferença reside em seus objetivos. A fiscalização se concentra na aplicação de leis e

regulamentos específicos, como fiscalização de tráfego, inspeções de estabelecimentos comerciais e verificação de licenças.

Outro problema analisado decorre das eventuais mudanças de naturezas, pois o sistema não mostra a natureza alterada e isso pode prejudicar os dados estatísticos. Dessa forma, seria interessante pensar na possibilidade de constar a primeira e a última natureza adotada, sendo que esta seria utilizada para produção de dados, mas a primeira poderia ser utilizada para análise da ocorrência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados obtidos na pesquisa revela que os objetivos propostos foram atingidos de maneira efetiva. Ao explorar aspectos cruciais, como o tempo de atendimento, o registro de ocorrências proativas e a qualidade das informações, a pesquisa emerge como uma contribuição significativa para a otimização dos processos internos e o aprimoramento da eficácia global das operações policiais.

Além de alcançar os objetivos estabelecidos, a pesquisa proporcionou uma resposta abrangente à pergunta-problema, que investigava a relação entre o registro das naturezas proativas nas ocorrências atendidas pela Polícia Militar e a avaliação do desempenho geral da atividade policial. Nesse contexto, ficou evidente que a precisão e consistência no registro das naturezas proativas exercem uma influência direta na qualidade das informações disponíveis para análise. Essa influência, por sua vez, tem um impacto significativo na capacidade de mensurar e compreender o desempenho operacional da instituição.

A análise da amostra coletada revela uma diversidade significativa nas naturezas de ocorrências atendidas pela Polícia Militar, com distintos tempos médios de atendimento associados a cada uma. A pesquisa abordou diversas categorias, desde abordagens a pessoas e veículos até casos mais complexos, como homicídios, crimes contra a dignidade sexual e ocorrências relacionadas à saúde mental.

Destaca-se a eficiência notável no tempo de atendimento em abordagens a pessoas, abordagens a veículos e visitas comunitárias proativas, onde a maioria das ocorrências foi resolvida em 15 a 30 minutos. No entanto, nos casos de acidentes de trânsito com vítimas, conflitos diversos não criminais e situações mais graves, como homicídios e crimes contra a dignidade sexual, a maioria dos participantes indicou tempos de atendimento superiores a 60 minutos, evidenciando a complexidade e a gravidade dessas ocorrências.

A comparação com os dados do sistema QlickSense ressaltou a quantidade significativa

de tempo dedicado a abordagens a pessoas e veículos, exigindo um número considerável de policiais para atender a demanda. Além disso, a análise das ocorrências específicas, como furtos e roubos, homicídios e crimes contra o patrimônio, evidenciou a necessidade de recursos e tempo adequados para lidar com essas situações.

Estes resultados sublinham a necessidade de também alocar recursos consideráveis de tempo e esforço por parte dos profissionais de segurança para lidar adequadamente com situações complexas de saúde mental

A pesquisa também explorou a relação entre o registro no sistema RAI e a identificação de naturezas proativas. Verificou-se que, embora a maioria dos participantes registre o tempo de atendimento, há variações na consistência do registro das naturezas proativas, destacando que a falta de dados prejudica os estudos de planejamento de alocação dos recursos policiais.

Ressalta-se também uma variabilidade nas práticas de registro da natureza proativa em atendimentos reativos. Pode-se destacar a diferença de procedimentos nos registros nesse caso produz uma estatística discrepante. É preciso definir que a natureza proativa está inerente à reativa ou não, pois por exemplo, se há uma prisão em flagrante para o preso entrar na viatura o policial deve fazer uma abordagem, isso contabiliza como uma proativa ou é considerado um procedimento referente à prisão? Considera-se que isso deve ser esclarecido e registrado de forma uniforme para todas unidades policiais.

A análise final abordou questões relacionadas à identificação de fatores sociais, atividades de patrulhamento, averiguação e fiscalização, revelando diferentes padrões de registro. O conhecimento sobre a distinção entre averiguação e fiscalização mostrou-se heterogêneo, desse modo, considera-se uma porcentagem relevante de policiais que não sabem distinguir a diferença entre a averiguação e fiscalização, as quais são duas naturezas proativas importantes.

Sugere-se que possa ser implementada a possibilidade de acrescentar uma natureza complementar à averiguação para que se possa mensurar as solicitações de atendimento. Assim como entende-se ser importante poder analisar a mudança de naturezas, de forma que o sistema mostre a natureza inicial e a determinada como natureza final. Portanto, também sugere-se que o sistema de registro tenha uma página específica para o registro das proativas para que os campos e os dados delas não se misture com os das reativas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vander Ferreira de. **Do direito fundamental à segurança pública: análise**

crítica do sistema constitucional de segurança pública brasileiro. 2010. 287 f. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

BARROS, Rodrigo Passos de. A importância dos sistemas informatizados na Polícia Militar do Estado de Goiás. **Biblioteca Digital da Polícia Militar do Estado de Goiás**, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/2324>. Acesso em: 24 ago. 2023.

FERREIRA, C. C. et al. A tecnologia a serviço da segurança pública: caso PMSC mobile. **Revista Direito GV**, v. 16, n. 1, p. e 1947, 2020.

FERREIRA, Hugo Domingos. O impacto do Registro de Atendimento Integrado (RAI) na atividade policial. **Biblioteca Digital da Polícia Militar do Estado de Goiás**, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/1964>. Acesso em: 24 ago. 2023.

GOIÁS, **Secretaria de Estado da Segurança Pública**. Relatório de Gestão. 2022. Disponível em: <https://www.seguranca.go.gov.br/aceso-a-informacao/relatorio-de-gestao-ou-atividades>. Acesso em: 7 out. 2023.

GONÇALVES, Denise dos Santos. **Boletim de Ocorrência Policial-Militar**: da análise linguística às perspectivas no ensino profissional militar. 71f. (Monografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

HAHN, Robson Gomes. **O uso de dispositivos móveis nas atividades policiais da Polícia Militar de SC na região do Extremo Sul**. (Trabalho de Curso) - Universidade Federal de Santa Catarina, Araranguá, 2017.

LANGTON, Samuel; RUITER, Stijn; VERLAAN, Tim. Describing the scale and composition of calls for police service: a replication and extension using open data. **Police Practice and Research**, v. 24, n. 5, p. 523-538, 2023.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais**: linguagens, ambientes, redes. Petrópolis: Vozes, 2014. 273 p.

MENEZES, Danilo Lacerda Cabral de; SILVA, Sullyvan Garcia da. O uso corporativo do whatsapp no serviço operacional da Polícia Militar do Estado de Goiás. **Biblioteca Digital de Segurança Pública**, 2019. Disponível em: <http://dspace.pm.go.gov.br:8080/pmgo/handle/123456789/2242>. Acesso em: 22 ago. 2023.

NUNES, Marlus Machado. **Modelos de policiamento**: reativo x proativo-definições e características. Polícia Militar do Estado de Sergipe - Centro de Ensino e Instrução Curso de Formação de Oficiais, Aracaju, 2022.

PINC, T. Abordagem policial: um encontro (des) entre a polícia e o público. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2007.

REINER, Robert. **A Política da Polícia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

RODRIGUES, Casimiro Bernandes. **Segurança Pública**: modelos de policiamento.

(Trabalho de Investigação Final) - 3º Curso de Comando e Direção Policial, Lisboa, 2019.
Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/34927>. Acesso em: 07 out. 2023.

RODRIGUES, Jean Carlos Martins; SILVA, Bruno Pereira da. Informatização dos boletins de ocorrência através da criação do RAI. **Biblioteca Digital de Segurança Pública**, 2019.
Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/1784>. Acesso em: 07 out. 2023.

TELES, Viviane; SIMONASSI, Lorismario Ernesto. **Análise Funcional do Comportamento Verbal nos Crimes de Estupro de Vulnerável**: Perícia Psicológica no Início da Persecução Penal. Ed. Instituto Walden4, 2022.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Trata-se de pesquisa intitulada ANÁLISE DO REGISTRO DAS NATUREZAS PROATIVAS, desenvolvida por Asusena Cláide Araújo dos Santos e Nair Bastos de Rezende Godinho, por meio do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás, com o fim de realizar uma análise do registro das naturezas proativas.

Leia cuidadosamente o que se segue e qualquer dúvida pode ser solicitada no e-mail nairbastosgodinho@gmail.com. A participação nessa pesquisa será feita por meio de coleta de dados por perguntas direcionadas sobre o tema.

Caso se sinta esclarecido sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, marcar a opção referente a aceitação. Saiba que V.S^a tem o total direito de não querer participar e de retirar sua concordância a qualquer tempo.

O respondente ao preencher o formulário certifica que participa de forma voluntária e gratuita, sem nenhuma despesa ou valor econômico a receber pela participação, sem nenhum constrangimento, afirmando que tomou conhecimento de que a pesquisa seguirá os princípios éticos e sigilo dos dados pessoais e necessários, prezando pelo seu uso exclusivamente científico e os resultados poderão ser publicados.

- Eu li os termos e concordo em participar
- Não concordo em participar

1. Qual seu posto/graduação na Polícia Militar do Estado de Goiás

- Soldado
- Cabo
- 1º Sargento
- 2º Sargento
- 3º Sargento
- Subtenente
- 2º Tenente
- 1º Tenente
- Capitão
- Major
- Tenente-coronel
- Coronel

2. Qual sua unidade policial?

3. Como você descreveria a facilidade de uso do sistema RAI para registro das naturezas proativas?

- Muito difícil
- Difícil
- Moderado
- Fácil
- Muito fácil

4. Qual o tempo médio de atendimento da natureza proativa de abordagem policial a pessoas (desde o início da abordagem ao final do registro)

- até 15 minutos
- de 15 a 30 minutos
- de 30 a 45 minutos
- de 45 a 60 minutos
- mais que 60 minutos

5. Qual o tempo médio de atendimento da natureza proativa de abordagem policial a veículo (desde o início da abordagem ao final do registro)

- até 15 minutos
- de 15 a 30 minutos
- de 30 a 45 minutos
- de 45 a 60 minutos
- mais que 60 minutos

6 Qual o tempo médio de atendimento da natureza de acidente de trânsito com vítima (desde o início do atendimento ao final do registro)

- até 15 minutos
- de 15 a 30 minutos
- de 30 a 45 minutos
- de 45 a 60 minutos
- mais que 60 minutos

7 Qual o tempo médio de atendimento da natureza proativa de visita comunitária (desde o início da visita ao final do registro)

- até 15 minutos
- de 15 a 30 minutos
- de 30 a 45 minutos
- de 45 a 60 minutos
- mais que 60 minutos

8 Qual o tempo médio de atendimento da natureza de suicídio/tentativa de suicídio (desde o início do atendimento ao final do registro)

- até 15 minutos
- de 15 a 30 minutos

- de 30 a 45 minutos
- de 45 a 60 minutos
- mais que 60 minutos

9 Qual o tempo médio de atendimento policial relacionado a problemas de saúde mental, exceto suicídio (desde o início do atendimento ao final do registro) *

- até 15 minutos
- de 15 a 30 minutos
- de 30 a 45 minutos
- de 45 a 60 minutos
- mais que 60 minutos

10 Qual o tempo médio de atendimento da natureza de conflitos diversos que não sejam criminais (desde o início do atendimento ao final do registro)

- até 15 minutos
- de 15 a 30 minutos
- de 30 a 45 minutos
- de 45 a 60 minutos
- mais que 60 minutos

11 Qual o tempo médio de atendimento de natureza de salvamento (desde o início do atendimento ao final do registro)

- até 15 minutos
- de 15 a 30 minutos
- de 30 a 45 minutos
- de 45 a 60 minutos
- mais que 60 minutos

12 Qual o tempo médio de atendimento de natureza de homicídio/tentativa de homicídio (desde o início do atendimento ao final do registro)*

- até 15 minutos
- de 15 a 30 minutos
- de 30 a 45 minutos
- de 45 a 60 minutos
- mais que 60 minutos

13 Qual o tempo médio de atendimento de natureza de crimes contra o patrimônio (roubo/furto) (desde o início do atendimento ao final do registro)

- até 15 minutos
- de 15 a 30 minutos
- de 30 a 45 minutos
- de 45 a 60 minutos
- mais que 60 minutos

14 Qual o tempo médio de atendimento de natureza de crimes contra a dignidade sexual (desde o início do atendimento ao final do registro)

- até 15 minutos
- de 15 a 30 minutos
- de 30 a 45 minutos
- de 45 a 60 minutos
- mais que 60 minutos

15 Qual o tempo médio de atendimento de natureza de crimes de menor potencial ofensivo - TCO (desde o início do atendimento ao final do registro)

- até 15 minutos
- de 15 a 30 minutos
- de 30 a 45 minutos
- de 45 a 60 minutos
- mais que 60 minutos

16 Ao realizar o atendimento policial de uma natureza proativa o Senhor marca o tempo de início e término no sistema RAI?

- Sempre
- Frequentemente
- Às vezes
- Quase nunca
- Nunca

17. Quando é realizado um atendimento reativo a equipe policial acrescenta a respectiva natureza proativa no registro? Por exemplo, em uma prisão em flagrante de um roubo, o senhor coloca a natureza de abordagem policial?

- Sempre
- Frequentemente
- Às vezes
- Quase nunca
- Nunca

18 O senhor registra a natureza de fatores sociais que impactam na criminalidade?

- Sempre
- Frequentemente
- Às vezes
- Quase nunca
- Nunca

18 O senhor registra a natureza de patrulhamento?

- Sempre
- Frequentemente
- Às vezes

- Quase nunca
- Nunca

19 O senhor registra a natureza de averiguação?

- Sempre
- Frequentemente
- Às vezes
- Quase nunca
- Nunca

20 O senhor registra a natureza de fiscalização?

- Sempre
- Frequentemente
- Às vezes
- Quase nunca
- Nunca

21. O senhor sabe diferenciar as naturezas de averiguação e fiscalização?

- Sim
- Não